

POVO LIVRE

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

XXX Congresso do PSD

Consagração da vitória de Luís Filipe Menezes



em ambiente de confiança e esperança

Destaques:

XXX Congresso do PSD, em Torres Vedras

2ª pag. e seguintes

Actividades do Presidente

Após as notícias do Congresso

Actividades do PSD

Após as "Actividades do Presidente"

Consagração da vitória de Luís Filipe Menezes em ambiente de confiança e esperança

Com o discurso final do novo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, e a assistência, em pé, a cantar com vibração e entusiasmo o Hino Nacional, encerrou o XXX Congresso do PSD, que foi, simultaneamente, uma passagem de testemunho e uma reafirmação de vontade de refundação social-democrata, uma recondução aos princípios de luta e de unidade, uma expressão de fé e confiança no futuro e de crença em que esse futuro está nas mãos de cada um de nós, desde o líder ao mais simples simpatizante, passando pelos dirigentes, pelos eleitos autárquicos e pelos militantes.

O “Povo Livre”, por óbvios motivos de ordem técnica, não pode, nesta edição, fazer um relato exaustivo daqueles três dias, que – parafraseando John Reed – “Mudaram o PSD”. No entanto, vamos, para já, dar notícia do que de mais importante se passou. No “Povo Livre On Line” colocaremos sucessivamente mais pormenores, procurando ampliar a informação que hoje damos aos nossos leitores.

A presidente da Mesa do Congresso do PSD, Manuela Ferreira Leite, abriu os trabalhos 20:35, como é da praxe, no pavilhão da Expotorges, em Torres Vedras, dizendo: “Senhores congressistas, caros companheiros, declaro abertos os trabalhos do XXX Congresso do PSD. Desejamos todos que este Congresso se realize com vivacidade e com elevação e com a convivência democrática que sempre nos caracterizou”, disse Manuela Ferreira Leite aos congressistas presentes, lendo também uma mensagem de Marques Mendes justificando a sua ausência dos



trabalhos com o facto de, estatutariamente, já não ser líder desde “a noite das eleições”: “Este é o tempo da nova liderança e das suas perspectivas para o futuro.”

Minutos antes da abertura dos trabalhos, entrou no pavilhão o novo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, que foi recebido com um grande ovação e gritos de “PSD! PSD!”. Menezes

sentou-se nas primeiras filas da assistência.

No Congresso, que decorreu até domingo, foram eleitos os órgãos nacionais: Mesa do Congresso, Comissão Política Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Conselho Nacional.

No dia da abertura, foi ainda discutida a moção de estratégia global de Luís Filipe Menezes e propostas temáticas.

Também como é da praxe nos Congressos do PSD, falou em primeiro lugar (porque o Presidente a Câmara não é PSD) o Presidente da Junta da Freguesia onde se situa Pavilhão da Expotorges, que destacou o facto de ser a primeira vez na História do Partido que tal acontece. Falou em seguida o Presidente da CP Distrital, que reiterou as boas-vindas ao Congresso, aos militantes, delegados, dirigentes e convidados.

No seu discurso de abertura o novo líder do PSD, virou-se para o País, mostrando-se confiante de que pode retirar o poder a José Sócrates e à sua “arrogância”, em 2009.

“Iniciamos aqui um combate contra o fatalismo, o pessimismo e o derrotismo”,

O novo líder do nosso Partido deixou a promessa de fazer «mais e melhor» promovendo o «pluralismo interno» e combatendo o «derrotismo e pessimismo» de maneira a vencer o actual Governo, num repetido apelo à unidade e coesão dos sociais-democratas.

Nesta primeira intervenção, Luís Filipe Menezes falou mais para o interior do partido, recuperando muitas das ideias que já tinha avançado ao longo da campanha interna e propostas que fazem parte da sua moção de estratégia global.

Colocar as bases do partido no centro de todas as decisões será um dos objectivos desta nova direcção social-democrata, salientou, reiterando a intenção de serem os militantes a escolher os candidatos a deputados.

Sobre a equipa que o acompanhará nos próximos dois anos, o novo líder social-democrata disse muito pouco, adiantando apenas que as listas darão «um sinal de unidade e coesão» e delas constarão «dirigentes mais experientes e menos experientes», que estiveram nos Governos de Sá Carneiro, Cavaco Silva, Durão Barroso, Pedro Santana Lopes e mesmo «nos órgãos nacionais» seu antecessor na liderança do PSD,





Marques Mendes.

«Queremos promover a tolerância interna, o pluralismo, connosco nunca existirão processos por delicto de opinião», garantiu.

Quanto à liderança do grupo parlamentar, o novo líder social-democrata, Luís Filipe Menezes também nada revelou, limitando-se a reafirmar que não intervirá «nas escolhas democráticas dos deputados» mas prometeu «exigir disciplina férrea».

Relativamente às listas para o Conselho Nacional, o novo líder social-democrata diz que «não permitirá que façam o que já lhe fizeram no passado», quando o «pressionaram para não entrar noutras listas», incentivando por isso a apresentação de listas alternativas à sua. «Votem como quiserem, não admito pressões, estas eleições devem decorrer em total liberdade e transparência»

Logo no início Luís Filipe Menezes fez uma curta referência aos seus antecessores na liderança social-democrata, recordando, um por um, os Presidentes do Partido, e - referindo-se aos mais recentes - lembrou «o estilo combativo e corajoso» de Pedro Santana Lopes e «a dedicação» de Luís Marques Mendes.

Quanto à pugnas políticas que se perfilam no horizonte, o líder social-democrata, defendendo a necessidade do partido se concentrar no ciclo eleitoral que aí vem (as regionais nos Açores no próximo ano e, em 2009, as legislativas, autárquicas e europeias), disse: «Vamos preparar-nos para ganhar», desafiou, preconizando um «combate contra o fatalismo, o derrotismo e o pessimismo».

Num discurso de cerca de mais de meia hora Luís Filipe Menezes dedicou largos minutos a criticar o Governo, recordando as promessas não cumpridas por José Sócrates e lembrando que «O actual primeiro-ministro rompeu um ciclo virtuoso da democracia. Até hoje, ninguém tinha renegado os compromissos eleitorais», acusou, classificando o comportamento de José Sócrates como «imperdoável».

Ao olhar para «a triste realidade do País», Menezes lembrou que o desemprego atingiu a taxa de 8% e passou em revista uma série de casos que no seu entender representam a «desqualificação da democracia».

Desde uma descarada tentativa de controlo da comunicação social, ao cerceamento da liberdade de expressão dos funcionários públicos, até à «invasão de sedes de sindicatos».

«Os sinais de arrogância são passados ao País e à administração», acrescentou, lembrando ainda a falta de credibilidade das promessas eleitorais do primeiro-ministro. Para ilustrar isto recorreu ao debate entre Sócrates e Santana Lopes em 2005: «Se tivesse dito com honestidade, olhos nos olhos, aos portugueses, que ia subir todos os impostos, reduzir os subsídios aos mais necessitados, aumentar a idade da reforma e reduzir os seus montantes, será que José Sócrates seria hoje primeiro-ministro de Portugal?»

Para o partido estavam destinados alguns recados, como o fim do privilégio das elites, a quem lembrou que «nunca estão disponíveis para os combates difíceis, sobretudo os eleitorais». Os «ismos» do PSD tiveram direito a uma frase lapidária: «Não consentirei que um movimento de fraccionamento e de vingança seja accionado no partido». O actual sistema de pagamento de quotas irá ser alterado e nas próximas directas será criada, para seu acompanhamento e gestão, uma Comissão Eleitoral Independente.

Defendeu necessidade do partido se concentrar no ciclo eleitoral que aí vem: as regionais nos Açores no próximo ano e, em 2009, as legislativas, autárquicas e europeias.

«Vamos preparar-nos para ganhar», desafiou, preconizando um

«combate contra o fatalismo, o derrotismo e o pessimismo».

Nos próximos dois anos, acrescentou Luís Filipe Menezes, será também altura para trazer de volta as «verdadeiras elites portuguesas», porque «abrir o partido à sociedade não significa dar mais uma oportunidade às pseudo-elites esgotadas».

«Vamos envolver os melhores», sublinhou, prometendo um partido «vibrante, pró-activo», nomeadamente na proposta de revisão da Constituição que irá ser elaborada.

Colocar as bases do partido no centro de todas as decisões será também um dos objectivos desta nova direcção social-democrata, acrescentou Luís Filipe Menezes, reiterando a intenção de serem os militantes a escolher os candidatos a deputados.

Sobre a equipa que o acompanhará nos próximos dois anos, o novo líder social-democrata disse muito pouco, adiantando apenas que as listas darão «um sinal de unidade e coesão» e delas

europeu e rejeitou a descida de impostos.

«Não podemos pedir a baixa de impostos. É necessário haver condições para isso. Ao pedir isso estávamos a dizer ao PS que fizeram tudo bem, seria avulzar a política do PS», afirmou Manuela Ferreira Leite.

Recordou o papel desempenhado pelo ex-líder social-democrata Luís Marques Mendes, derrotado por Luís Filipe Menezes nas directas de 28 de Setembro, «que tomou conta do partido num momento particularmente difícil», Manuela Ferreira Leite falou do futuro do PSD, considerando que só a «transmissão de confiança» pode fazer a diferença entre os sociais-democratas e os socialistas.

Por isso, em termos de estratégia, o PSD não deve lançar «a questão fracturante» da regionalização, «não deve servir de lebre ao PS» nesta matéria, «Levanta-me sérias dúvidas que seja uma questão a ser levantada por nós. É uma questão fracturante no partido e na sociedade», salientou.

Outra questão que não deve ser



constarão «dirigentes mais experientes e menos experientes».

Falam algumas personalidades prestigiadas no PSD

Como é óbvio não é possível dar, na íntegra, o acervo dos discursos e intervenções proferidas ao longo do Congresso, mas algumas devemos destacar. No entanto, procuraremos dar uma ideia do que disseram, por exemplo, a Presidente da Mesa, Manuel Ferreira Leite, uma das mais prestigiadas militantes do PSD, Alberto João Jardim, sempre brilhante e controverso, outros, além - evidentemente - do nosso Presidente, Luís Filipe Menezes.

Assim, Manuela Ferreira Leite afirmou que a estratégia que o PSD deve seguir para ganhar em 2009, desaconselhava o lançamento dos temas da regionalização e do referendo

abordada pelos sociais-democratas, acrescentou Manuela Ferreira Leite, é o referendo ao Tratado da união Europeia.

«A questão devia ser deixada ao PS. Qual o interesse do PSD em ter uma campanha em que andar de braço dado com o PS? É tudo o que menos nos interessa», referiu.

Os impostos foram outra das questões estratégicas abordadas pela ex-ministra das Finanças, que reafirmou a sua oposição à redução dos impostos neste momento.

«Agora não é possível baixar impostos», insistiu, salientando, contudo, que o PSD não é contra a redução da carga fiscal, mas tal é impossível de concretizar neste momento.

Ainda a propósito da carga fiscal, Ferreira Leite lembrou que, quando o PSD esteve no Governo, não aumentou os impostos «por gosto»,



mas porque não havia outras condições.

Manuela Ferreira Leite, deixou ainda duras críticas à decisão do Governo de aumentar a idade da reforma.

“Nunca a fábula da cigarra e da formiga foi tão mal contada”, comparou Manuela Ferreira Leite.

A ex-ministra das Finanças sublinhou ainda que se “o PSD seguir o seu caminho numa oposição sem desvios e utilizando as suas bandeiras” poderá ganhar em 2009.

“Coragem, credibilidade e confiança nas suas políticas. Só utilizando estas armas poderemos ganhar em 2009”, disse.

Logo no início da sua intervenção, a ex-ministra das Finanças justificou, tal como tinha prometido, a sua decisão de não ter apoiado nenhum dos candidatos nas directas, defendendo que “quando se aceita um cargo há princípios que não devem ser quebrados”.

“Como por exemplo, a isenção, no caso da mesa do congresso”, continuou, sublinhando que o PSD tem de aprender a conviver com estes princípios.

Por isso, assegurou, apesar das críticas que lhe foram dirigidas, voltaria “a fazer exactamente o mesmo”, porque “os militantes têm de ter confiança absoluta nos órgãos que elegeram”.

O discurso de Alberto João Jardim

Sou dos poucos políticos no activo que ainda pertencem à geração “Sá Carneiro”. Continuo a entender a sua Doutrina, actual.

Continuo a entender que o presente sistema político-constitucional é



inadequado a uma Democracia eficiente em Portugal. Continuo a defender a bipolarização política e a descentralização político-administrativa. Continuo a ser por uma forte disciplina partidária, coesa para o exterior e plural no seu interior. Continuo numa prática política frontal, absolutamente firme quanto aos objectivos, democraticamente dura quanto baste, e sem tergiversões “politicamente correctas”.

Contesto o definhar de Portugal, subjulgado a políticas orçamentalistas

ditadas do exterior. Pelo contrário, sou pelo crescimento económico, sou pelo Emprego, sou pelo bem-estar das populações, sou pela liberdade individual, sou pela desestatização.

Contesto o sistema criado nas Forças Militares e de Segurança. Contesto o presente sistema de Justiça. Contesto o sistema educativo português. Contesto o desprezo a que a Terceira Idade está votada, bem como a desmobilização da Juventude no plano dos Valores. Contesto a subversão da disciplina democrática.

Contesto essa agressão à consciência nacional, que são as “causas fracturantes”. Contesto a falta de pluralismo, o sectarismo, o “politicamente correcto” e os controlos políticos que muito caracterizam a Comunicação Social portuguesa. Contesto o abandono do sector primário da Economia. Contesto o caos das políticas ambientais. Contesto a secundarização da Ciência. Contesto uma falsa “cultura”, politizada, medíocre, nas costas do Povo.

Sou, portanto, não Oposição a qualquer Governo, mas Oposição ao regime desta Situação.

E estou certo que quase todos os Portugueses que não se identificam ideologicamente com o sector político comuno-socialista, me acompanham nesta postura.

Já não estou certo que alguns “notáveis” do PSD concordem com estas minhas posições. É um problema antigo. Um desfasamento político-cultural entre algumas cúpulas e as Bases sociais-democratas. A vertigem do “bloco central”, por parte daqueles que, se calhar, nem o voto da respectiva família, valem.

Mas continuo convicto de que quem souber despertar os Portugueses para estas realidades e estas motivações, apontando um caminho, sem desvios de fraqueza, terá a confiança democrática da Nação.

Continuo a afirmar que, apesar da sua infernal e mentirosa máquina de propaganda, o desastre que são estes socialistas, quando Brown e Zapatero baixaram os impostos, torna-os vulneráveis e derrotáveis nas urnas de voto.

Desde que se ataque forte, mas inteligentemente, e se consiga passar a demonstração que não há qualquer





“socialismo democrático” nesses cavalheiros. Passar a demonstração de que eles, em Portugal, só servem os “interesses” do grande capital e das centrais de decisão estrangeiras, arruinam as pequenas e médias empresas, promovem o desemprego e a emigração, destroem e desprestigiam a Função Pública, agravam a injustiça social.

Mas, para tal conquista da Opinião Pública, o Partido Social-Democrata tem de mudar.

Não através de uma estratégia que faça o jogo ou se acomode no quadro «politicamente correcto» do sistema político-constitucional. Até porque os socialistas dominam a comunicação dita «social», quer através da maioria esmagadora de «militantes de esquerda» que nela têm emprego e odeiam o Centro e a «direita», sem saberem o que estes sejam, dominam através de acordos com os grandes grupos capitalistas da «informação», dominam através da capacidade para pagar «agências de comunicação».

Uma péssima instrução escolar, desabitou os Portugueses do espírito crítico, fazendo parte da população se deixar massificar pelo que lê ou ouve na comunicação dita «social», dando-o como verdade dogmática e repetindo tais mensagens acriticamente, de maneira estupidificada.

Aqui, só há um caminho, que Sá Carneiro praticou. Enfrentar, denunciar e desmentir, sistematicamente, o «polvo» assim montado.

Depois, contra Sócrates, há que, uma por uma, lembrar aos Portugueses todas as «promessas» feitas e não cumpridas. Sistemática e permanentemente.

A par disto, comparar a situação de Portugal quando os socialistas chegaram ao poder, com a lamentável situação social que agora se atingiu. Incluso, apelando ao histórico-cultural brio nacional dos Portugueses, lembrando como andámos para trás em relação à Europa, mas como ao mesmo tempo nos deixamos Lhe subjugar. Enquanto vamos distribuindo o dinheiro dos contribuintes portugueses – que tanta

e cada vez mais falta faz – às ex-colónias mais ricas do que nós, e a outros Estados sem juízo.

Há ainda que demonstrar a colagem socialista ao «grande capital» - este, ignorante, entusiasmado com um processo doloso de «concentração capitalista» que o tramará – enquanto o poder socialista vai destruindo as Pequenas e Médias Empresas, as quais são tecido e garantia de uma Classe Média susceptível de travar a «construção do socialismo» à Sócrates.

Aliás, outro campo a explorar contra os socialistas, são as «causas fracturantes». A destruição da Classe Média, no campo dos Valores e dos Princípios, é uma obsessão de Sócrates, por nela encontrar um sério obstáculo ao tipo de sociedade que nos pretende impingir.

Uma das tolices do Centro e da «direita» lisboetas, foi a de embarcar nessa rendição política, de admitir que Sócrates invadia a área política ao

Centro, quando não é assim.

O paleio «reformista» e anti-social do poder socialista, é só para entreter os incautos. Com pezinhos de lã, impõe «causas fracturantes», destrói a Classe Média, radicaliza em várias direcções, promove a concentração capitalista, cerceia as Liberdades públicas, estabelece métodos de «Estado policial», gera instabilidade social, concentra o poder em Lisboa, etc., em suma, desenvolve uma política que, só por «fita», os «comunas» do «bloco de esquerda» e o PCP fingem desaprovam.

E há incautos, ao Centro e à «direita», Empresários ou Quadros, a nada disto perceber, e a serem os primeiros a repetir insensatamente que esta trapalhada seria «reformismo»!... Valha-nos Deus!...

Neste campo das «causas fracturantes», quem conhece bem a maioria do Povo português, sabe que há também matéria para cilindrar os socialistas, demonstrando facilmente que, de «causas» não se trata, mas sim de decadência e de bandalheira. E que de «fracturas» está o povo farto, incluso nos seus bolsos e Famílias. O que o Povo quer, é um País plural, mas coeso nos grandes Objectivos Nacionais, os quais, estes, nem sequer estão definidos. Substituíram-nos por um orçamentalismo salazarista.

Outro ponto explorável contra Sócrates – se é que, de facto, se quer ganhar as eleições... – é a marginalização de todo o País, em benefício de Lisboa, em benefício dos «interesses» políticos e económicos que estão ali acantonados com a respectiva máquina de propaganda.

Hoje, há portugueses de primeira, Lisboa, e os restantes portugueses, de segunda. Todos têm na Memória o que vem sendo feito e retirado a tantas

zonas de Portugal, muitas a caminho de uma desertificação em benefício da Espanha.

José Sócrates tem muitas vulnerabilidades.

O Secretário-Geral do Partido Socialista, com tantos e tão conhecidos episódios que já somou só na primeira parte do seu mandato, tem os apregoados «éxitos» e «medidas» que ele anuncia, facilmente desmontáveis. E pela sua legítima maneira de ser, que os Portugueses topam, Sócrates não resiste a ataques duros, frontais, espicaçantes, provocadores e sobretudo bem fundamentados.

Que ninguém se deixe enganar com as «fitas» na Assembleia da República, pois aí o jogo está viciado, na medida em que o regimento favorece o Primeiro-Ministro.

Nada tenho de pessoal contra o Secretário-Geral socialista. Sou apenas seu adversário político, em regime democrático.

Mas, porque sou Português e tenho Direito às minhas convicções, entendo que Sócrates deve ser derrotado para Bem do País.

Para tal, quem foi eleito líder nacional do Partido, tem de dar um sinal de contar com todos. Um líder une, não fracciona. O adversário está fora do Partido.

Já bastam as condições vigentes no País, de democraticidade duvidosa.

É necessário o Partido Social-Democrata apresentar uma alternativa sólida e de Esperança, ao Povo português tão enganado e maltratado.

Até o primeiro trimestre de 2009, teremos tempo para ir avaliando a situação.

É cedo para tornar definitivos, até então, quer esta eleição interna, quer este Congresso Nacional. Embora eu seja dos que acredito que, no início de



2009, estaremos em posição de derrotar os socialistas.

Sem ser necessário perder tempo e energias, nos moldes que agora ocorreram, no primeiro trimestre de 2009 deve acontecer uma rigorosa análise de situação, tendo em vista as eleições nacionais daí a meses. Análise de situação, esta, onde estou convicto de que nenhum social-democrata deixará de se assumir em consciência, caso as perspectivas eleitorais se revelarem fracas. Tomando-se então decisões de emergência e de surpresa, a tempo de derrotar Sócrates.

Para já, e se não houver qualquer alteração nos prazos, o Partido Social-Democrata, em 2008, terá de se deparar com a revisão-actualização do seu Programa.

Será um momento mais importante do que agora ocorre.

Precisamente porque o que faz um Partido político, são os Princípios e Causas, bem como os grandes objectivos nacionais, que unem firmemente os respectivos Militantes.

Actualizar o Programa do Partido Social-Democrata, é indubitavelmente necessário, dadas as transformações no planeta a ritmo cada vez mais acelerado. Às quais, Portugal, não só não pode ficar alheio, como tem de se colocar na linha da frente dos reequacionamentos e novas soluções que se impõem.

Mas é preciso considerar sempre que cada Partido democrático tem um Ser próprio, não apenas resultante do presente, mas de uma constante na sua História. Tem Princípios e Causas imutáveis. É formado por Homens e Mulheres com idiossincrasias específicas no conjunto da Alma portuguesa.

Salvo com Sá Carneiro, e de maneira menos ideológica com Cavaco Silva, o sentir dos Militantes do PSD nem sempre coincidiu com formas e conteúdos de encarar o País por parte de algumas suas “vanguardas” ou élites. Houve várias situações de os dirigentes, em Lisboa, puxarem para um lado, e o Partido Social-Democrata real e profundo, pretender outros caminhos mais afoitos, menos “politicamente correctos”, muito mais pragmáticos.

E está aqui o meu receio.

Não virem alterações ao Programa, que descaracterizem o PPD/PSD. Que enjitem o Ser de mais de trinta anos. Que alterem Princípios e Causas imutáveis. Que façam do Partido, uma mera organização conformada do “establishment”, no presente modelo político-constitucional. Que não se preocupem, quase exclusivamente, em dar resposta às novas questões que se colocam à Humanidade, neste início do século XXI.

Aqui, sim, é que há um risco de fraccionamento.

O Partido Social-Democrata não pode viver num clima de guerrilha interna, autofagicamente trazida para público.

Como se não bastasse a vergonha dos vira-casacas.



Como se fosse fácil, nesta “democracia” e com esta “informação”, fazer Oposição. Mais a mais, que o Estado vem descambando nas vinganças, nas perseguições e nas retaliações pessoais, num ambiente policial que nunca se pensou ser possível após a Constituição de 1976.

O PSD precisa da crítica construtiva. Mas internamente, e não através de exibicionismos.

Os socialistas são derrotáveis. Provam-no as vitórias nas eleições autárquicas, nas presidenciais e nas regionais da Madeira. Tudo o que de errado conduziu ao “flop” de Lisboa, é para se lhe retirar as lições, incluso pessoais, e passar adiante, às eleições de 2009, que serão três.

De uma vez por todas, agora é o momento clarificado, de criar condições de trabalho firme e de estabelecer uma disciplina democrática interna, sem justicialismos.

O Partido Social-Democrata tem de se assumir dinamicamente como o Centro. A chamada “direita”, incoerentemente tão amiga tantas vezes da pseudo-“esquerda”, federalize-se lá como quiser e como entender, e com o que lhe restar se o PSD souber dar Esperança aos Portugueses.

E quanto à “esquerda” que temos, uma pseudo-esquerda que é do mais confrangedor conservadorismo, da maior falta de imaginação e de uma gritante ausência de cultura política, tudo seja feito para que o bloco comunio-socialista vá se renovar e se reciclar para a Oposição. E que leve consigo os oportunistas, os “idiotas úteis” e os vira-casacas.

Estamos falados.

Viva o PSD! Viva a «Revolução Tranquila» social-democrata!

José Luís Arnaut e a união total do PSD

O deputado e ex-secretário-geral do PSD José Luís Arnaut defendeu que é “hora de todos trabalharem para reforçar o PSD”, sublinhando que o partido precisa de estar unido para ganhar em 2009.

“É hora de todos nós trabalharem para reforçar o PSD (...), estou aqui para dar um sinal de reforço”, afirmou José Luís Arnaut, que ocupou o cargo de secretário-geral social-democrata durante a liderança de Durão Barroso, em declarações aos jornalistas no XXX Congresso do PSD, que decorre em Torres Vedras.

Recordando que “nos momentos importantes disse sempre ‘presente’”, o deputado social-democrata admitiu, contudo, que está no congresso “essencialmente para ouvir”.

“Estou aqui para ouvir, é um congresso para as bases falarem”, salientou, lembrando que o partido acabou de passar por um processo eleitoral que “não foi fácil e “deixou marcas”.

“Agora é altura para falar para a fase prática. O que importa agora é ir no sentido da unidade”, insistiu José Luís Arnaut, lembrando que o partido tem um novo líder, Luís Filipe Menezes, “eleito de forma clara e inequívoca”.

Rui Gomes da Silva junta a sua voz à promoção da elaboração de uma nova Constituição

O ex-ministro social-democrata Rui Gomes da Silva juntou hoje a sua voz à dos que dentro do XXX Congresso do PSD defenderam que o partido deve promover a elaboração de uma nova

Constituição da República.

A proposta foi lançada na noite de sexta-feira pelo novo líder do partido, Luís Filipe Menezes, no discurso de abertura do Congresso

A proposta agradou a Alberto João Jardim, que recordou hoje ser um crítico há muito do actual regime republicano e defende uma nova carta constitucional.

Rui Gomes da Silva, citou o livro lançado por Menezes durante a campanha para as eleições de 28 de Setembro para pormenorizar que inovações a nova Constituição deveria introduzir.

Círculos uninominais, eleição directa dos presidentes de câmara e a extinção do Tribunal Constitucional são algumas das propostas avançadas pelo social-democrata que fez questão de deixar claro que se “orgulha” de ter integrado o executivo do ex-primeiro-ministro social-democrata Pedro Santana Lopes.

Declarações informais à Comunicação

Ribau Esteves: O novo secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, confirmou à Lusa que irá acumular o cargo com a presidência da Câmara de Ílhavo, adiantando que essa era uma condição para aceitar o convite do líder social-democrata.

“Vou manter-me na autarquia”, disse Ribau Esteves, em declarações à Lusa à entrada para o pavilhão da Expoturres, onde hoje termina o XXX Congresso do PSD.

Ainda segundo Ribau Esteves, a manutenção da presidência da Câmara de Ílhavo era “uma condição” para aceitar o convite do novo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, para



ocupar o cargo de secretário-geral do partido.

Há duas semanas, numa entrevista à Lusa, Ribau Esteves já tinha adiantando que não pretendia abandonar a autarquia de Ílhavo.

“Não perspectivava exercer funções no partido que me inibam de continuar a ser o presidente da Câmara de Ílhavo”, afirmou na altura.

Na entrevista, Ribau Esteves adiantou ainda que “hoje em dia não é necessário estar em Lisboa para tomar decisões importantes” e que muitas são tomadas pelo telefone ou pela Internet, salientando que, mesmo de carro, se está em poucas horas na capital.

Fernando Seara: Vice-presidente do PSD, Fernando Seara disse que a equipa do presidente do partido, Luís Filipe Menezes, terá de ser “suficientemente capaz para agregar e para fazer “perceber as diferenças”.

“Temos de ser suficientemente capazes para agregar e suficientemente capazes para fazer perceber as diferenças”, afirmou Fernando Seara, em declarações aos jornalistas à entrada para o pavilhão da Expoturres, em Torres Vedras, onde hoje termina o XXX Congresso do PSD.

A nova direcção, acrescentou, vai “partir para um desafio suficientemente ambicioso para marcar a diferença em relação ao PS”.

“Mas, temos todas as munições necessárias”, sublinhou.

Fernando Seara, que é presidente da Câmara de Sintra, assinalou ainda o facto do novo líder do PSD presidir à autarquia de Gaia, “a terceira maior cidade de Portugal”, que ele “mudou”.

“É pena, que nas últimas 24 horas, tenham tentado apagar essa história”, lamentou.

Nuno Morais Sarmiento: O ex-ministro da Presidência manifestou a sua disponibilidade para “tudo o que tenha a ver com o PSD”, sublinhando que o sucesso do novo líder, Luís Filipe Menezes, será o sucesso do partido.

“Estou disponível, como é evidente, para tudo o que tenha a ver com o PSD”, afirmou Nuno Morais Sarmiento, em declarações aos



jornalistas.

Morais Sarmiento recordou que essa também foi sua postura durante a liderança de Luís Marques Mendes, com a qual não se envolveu directamente, mas apoiou em tudo que o tinha a ver com o partido”, disse, lembrando que estava a colaborar na revisão do programa social-democrata.

Sobre o novo líder social-democrata, o ex-ministro dos Governos de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes sublinhou que “ninguém tem o direito senão a dar uma palavra de ânimo” a Luís Filipe Menezes.

“O sucesso de Luís Filipe Menezes será o sucesso do PSD”, considerou, acrescentando que “no combate muito difícil” que o novo líder do PSD terá pela frente “o mínimo é dar força e desejar boa sorte”.

Ângelo Correia, que seria eleito Presidente da Mesa do Congresso, reiterou que estará sempre “em primeiro lugar para ajudar”.

Ângelo Correia, que foi mandatário nacional da candidatura do novo líder social-democrata, Luís Filipe Menezes, aproveitou também para fazer apelo às elites do PSD, como Barbosa e Melo e Costa Andrade, para que voltem a colaborar com o partido, “porque o país precisa delas”.

Contudo, acrescentou, a essas elites, que têm esse estatuto porque são reconhecidas “pelo seu trabalho e consistência”, devem igualmente juntar-se novas elites.

“O partido precisa de novas elites, pessoas que estão afastadas, que estão nas universidades, nas empresas (...) Onde estão as elites nacionais temos que ir lá ter com elas, com humildade, simplicidade”, defendeu.

Porque, acrescentou, “as elites são fundamentais”, pois tal como num exército, num partido, devem existir “as tropas, o Estado-Maior e quem comanda”.

Acerca do seu regresso à vida política, ao fim de mais de dez anos de afastamento, Ângelo Correia admitiu estar relacionado com “dois problemas angustiantes” que levaram a que sentisse a “necessidade, o imperativo categórico de estar presente”.

Por um lado, relatou, sentiu que era seu “dever moral combater a tendência hipócrita” que estava instalada no partido, com o antigo líder do PSD, Luís Marques Mendes, a ter a seu lado “um conjunto de pessoas notabilíssimas”, mas que antes de o apoiarem “diziam que não gostavam dele”.

Além disso, continuou, o PSD estava “distante do país”.

Ângelo Correia desvalorizou a questão na nova liderança do grupo parlamentar, considerando que se trata de uma questão “essencial, mas lateral”.

Marco António Costa: O presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara, os deputados Zita Seabra, Rui Gomes da Silva, Duarte Lima e Mendes Bota vão integrar a comissão política do novo líder do PSD, Luís Filipe Menezes, assim o declarou aos jornalistas o vice-presidente da Câmara de Gaia, Marco António Costa que adiantou ainda que a lista integra ainda os ex-ministros Couto dos Santos e Arlindo Carvalho.

Os vice-presidentes serão Fernando Seara, Zita Seabra, Luís Fontoura, Rui Gomes da Silva, Duarte Lima e Mendes Bota.

O deputado Feliciano Barreiras Duarte, Luís Fontoura, José Silvano, José Manuel Canavarro, Paulo Carlotto, Fernando Tosta, Eduardo Teixeira, Paulo Pereira Coelho e Joaquim Coimbra, que foi membro da comissão política do ex-líder do PSD Luís Marques Mendes, completam a lista de Luís Filipe Menezes à Comissão Política Nacional.

O advogado Alberto Amorim Pereira encabeça a lista de Luís Filipe Menezes ao conselho de jurisdição nacional do PSD, disse hoje Marco António Costa.

Amorim Pereira, que já foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e vice-presidente da comissão política nacional de Marcelo Rebelo de Sousa, para além de presidente do conselho de jurisdição distrital do Porto, é, segundo o ex-director de campanha de Menezes, “um nome insuspeito e com larga experiência política”.

O encerramento do Congresso discurso de Luís Filipe Menezes



Encerradas as urnas e feita a contagem dos votos, o novo Presidente da Mesa, Ângelo Correia, assumiu o seu cargo e a sua primeira acção foi fazer a chamada dos novos eleitos, começando pelo Conselho Nacional e terminando, entre grande ovação e a repetição do "PSD! PSD!", com a mão direita erguida e fazendo o nosso "V" da Vitória, por chamar o nosso Presidente, Luís Filipe Menezes.

Num discurso longo, em grande parte de improviso, Luís Filipe Menezes apelou à unidade dos sociais-democratas, pediu que o partido faça uma oposição muito forte, mas construtiva, e desenvolveu severas críticas ao Governo PS.

O novo líder garantiu, que decorreu em Torres Vedras, que o grupo parlamentar social-democrata vai começar a trabalhar num projecto para uma nova constituição.

«O grupo parlamentar do PSD vai começar a preparar um projecto de constituição, mas não de revisão, será um projecto de uma nova constituição, moderna, sem preconceitos ideológicos, que não seja um obstáculo à governabilidade, que defenda direitos sociais e a sua aplicação na prática, que não os defenda de uma forma fantasiosa, que reforce a estabilidade política através de medidas concretas», afirmou.

Luís Filipe Menezes referiu-se ainda aos recentes vetos do presidente da República, Cavaco Silva, ao Governo PS em áreas como Defesa, Negócios Estrangeiros e Justiça.

O novo líder social-democrata considerou que estes chumbos em «pilares do Estado de direito» não devem ser ultrapassados «com uma maioria parlamentar de circunstância, a mesma legislatura».

Menezes realçou por isso que a nova Constituição deverá consagrar que leis vetadas pelo Presidente da República nestas matérias não possam confirmadas por maioria parlamentar.

Mudanças no Tribunal Constitucional

O novo presidente do PSD defendeu também mudanças no Tribunal Constitucional, prometeu estudar a sua «arquitectura» e «posicionamento» por considerar que «não prestigia aquilo que é a fiscalização da democracia», na medida em que é «conhecido pelos resultados obtidos em função da maioria parlamentar».

«Não temos receio de acreditar que com uma discussão nacional ampla, que numa secção especial do Supremo Tribunal de Justiça, com magistrados profissionais, possa ser avaliada de forma mais isenta, permanentemente isenta, a constitucionalidade das leis em Portugal», afirmou.

O PSD deve estar unido

Neste discurso, o líder sublinhou

também mais uma vez a necessidade dos sociais-democratas estarem unidos, embora admita que este não é um objectivo fácil de alcançar.

«Sei que não devo ser ingénua, a unidade do futuro já não depende de arranjos orgânicos como aqueles que levaram à constituição dos órgãos nacionais do PSD, dependem de resultados e da leitura que os militantes e dirigentes apreciarem desses resultados. A unidade em política e dentro de um partido constrói-se no dia-a-dia através do dinamismo, do empenhamento, na capacidade de mobilizar», afirmou.

Quanto aos socialistas, o líder do PSD disse que o PSD não deve apenas mostrar «os erros do PS e o que vai mal em Portugal, mas principalmente mostrar as coisas que podiam ir muito melhor se nós estivéssemos a governar o nosso país».

Menezes fez duras críticas ao Governo, referindo temas como a Educação, a Saúde ou a Segurança. O dirigente social-democrata considerou que os dois últimos anos de governação socialista foram reveladores de «uma total incapacidade para reformar o essencial».

Menezes diz que não é altura de descer impostos

Luís Filipe Menezes defendeu também que este ainda não é o momento para uma descida dos impostos.

«O PSD bem quer que rapidamente seja possível descer impostos, mas não é possível (...) face ao que é o quadro

macro ao nível da intervenção do Estado em reformas que têm a ver com a diminuição da despesa pública e com aquilo que é a situação do crescimento económico».

O dirigente social-democrata considera que se esta descida acontecesse «teríamos daqui a um ano um novo e maior pântano e teríamos que ir de novo gerir a crise deixada pelo PS».

O presidente social-democrata lançou um desafio ao primeiro-ministro, espera que uma descida de impostos no futuro seja devidamente justificada.

«Tem que nos dizer quais são os critérios do ponto de vista da política económica para descer os impostos, porque não aceitamos que venha descer impostos à beira das eleições, tendo como único critério o interesse do PS nas eleições de 2009», afirmou.

O PSD vai também propor na Assembleia da República «um consenso alargado com todos os partidos políticos» para a criação de «um quadro de investimentos públicos calendarizados no tempo».

Menezes lembrou que todos devem assumir «responsabilidades» nesta matéria e que «não deve haver mais aeroportos para fazer brilhar um Governo», nem «mais Portos para fazer brilhar um primeiro-ministro» ou «mais Escolas para fazer brilhar um ministro».

O líder do PSD afirmou que não vai ficar «inibido» quanto tiver que censurar o Governo.

«Quero dizer que não fico inibido nem por analistas, nem pelo

politicamente correcto, nem por quem discorde desse tipo de atitudes. Nós não vamos apresentar uma moção de censura mas eu nunca pedirei autorização a analistas ou a quem quer que seja para censurar o Governo», garantiu.

Já sobre o Orçamento de Estado para o próximo ano, Menezes considera que revela a «insensibilidade social» do Executivo.

Calendário para debater regionalização

No que respeita à regionalização, Luís Filipe Menezes disse que o partido irá estabelecer um calendário para debater o tema.

«Queremos marcar o nosso calendário, não queremos andar a reboque de ninguém», afirmou.

Por isso, acrescentou, os sociais-democratas vão «debater com seriedade» a regionalização, «apesar dessa matéria não ser uma prioridade».

Em relação às autonomias dos Açores e Madeira, o presidente do PSD afirmou que devem ser definidas pelas regiões autónomas, tendo como único «limite» o respeito pelas leis fundamentais do Estado de Direito.

E foi com últimas palavras de chamamento ao Combate e de Esperança no futuro, que o Presidente do PSD terminou a sua intervenção e encerrou o XXX Congresso, com a assistência em pé, a cantar entusiasticamente o Hino Nacional – **Povo Livre, imagens Luís Saraiva**



Menezes em Bruxelas, com Durão Barroso

O novo Líder do PSD, Luís Filipe Menezes, foi recebido, em Bruxelas, pelo presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, a quem apresentou cumprimentos e com quem discutiu o futuro da UE.

O encontro, que teve lugar às 15:30 de Lisboa, na sede do executivo comunitário, edifício Berlaymont, é sinal da importância que o novo líder do maior partido da oposição portuguesa “dá às questões europeias”, segundo fonte comunitária.

Menezes deverá explicar a sua visão da política sobre os desafios futuros da UE, a dois dias da Cimeira europeia de Lisboa, na qual os chefes de Estado e de Governo dos 27 deverão chegar a acordo sobre o Tratado Reformador que substituirá o projecto fracassado de Constituição Europeia.

Na segunda-feira, em São Bento, à saída de uma audiência com o primeiro-ministro José Sócrates, que preside actualmente à UE, o recém-eleito presidente do PSD manifestou o seu apoio ao Tratado europeu que foi aprovado na Cimeira de Lisboa e recusou quaisquer querelas europeias com o PS, incluindo sobre a realização ou não de um referendo em Portugal para a ratificação do documento que substituirá a fracassada Constituição Europeia.

“Se a solução que está neste momento a ser burilada [sobre o Tratado Reformador da UE], for aquela que merecer a aprovação [dos líderes europeus, em Lisboa], o PSD não tem em relação a ela qualquer tipo de objecção”, salientou Luís Filipe Menezes, no final da audiência com o primeiro-ministro, a primeira desde que assumiu recentemente a liderança do PSD.

Interrogado sobre a forma como o futuro Tratado deverá ser ratificado em Portugal, o líder social-democrata manifestou a opinião de que “Cada coisa a seu tempo. Primeiro, temos que ter Tratado. Depois vamos discutir a ratificação, porque até pode nem haver acordo [sobre o Tratado], perspectiva que não desejamos”, admitiu Luís Filipe Menezes.

O novo presidente do PSD participa, na quinta-feira, assim como Durão Barroso, na mini-cimeira da família política europeia do PSD, o Partido Popular Europeu (PPE), que se realiza também em Lisboa, antes do início da reunião dos líderes dos 27. - Fonte: Lusa

Menezes preocupado com “atentados às liberdades” cometidos pelo PS

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, manifestou-se no princípio deste mês, “muito preocupado” com casos como o ocorrido segunda-feira numa sede



sindical na Covilhã e desafiou os notáveis do PS a insurgirem-se contra o que classificou como “atentados às liberdades”.

“Estamos a acompanhar estes casos [na Covilhã e em Montemor-o-Velho], que não são isolados, com muita preocupação. Estamos com um problema sério de liberdades e julgo que é altura de vozes do Partido Socialista como o Dr. Mário Soares, o Dr. Jorge Sampaio ou o Dr. Vera Jardim - referências da liberdade em Portugal - se insurgirem e se indignarem contra isto, que nunca na vida tinha acontecido em 30 anos de democracia”, afirmou.

Luís Filipe Menezes falava aos jornalistas em Coimbra, à entrada para um almoço com os nove presidentes de Câmara sociais-democratas, membros da direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

“Estamos numa situação muito grave e o PSD, se não tiver explicações cabais no Parlamento ainda esta semana, poderá vir a utilizar todos os instrumentos que existem no Estado de Direito para censurar o governo numa matéria que é muito delicada”, ameaçou o presidente eleito social-democrata, não esclarecendo, contudo, que medidas concretas poderão ser adoptadas.

Ao acusar o governo de “perseguir sindicalistas”, Luís Filipe Menezes considerou “caricato” que surja “um membro do governo quase a fazer uma manifestação contra o seu próprio

governo, a abrir inquéritos contra a actuação da polícia”.

“A polícia merece-nos todo o respeito, mas há uma tutela na polícia, há uma responsabilidade política que decorre de existir um ministro da Administração Interna e um primeiro-ministro”, salientou.

O Sindicato dos Professores da Região Centro denunciou, segunda-feira, que “dois polícias à civil” entraram na sede da organização na Covilhã, para pedir informação sobre eventuais protestos a realizar no âmbito da deslocação do primeiro-ministro, prevista para hoje.

O ministro da Administração Interna ordenou ao inspector-geral da Administração Interna a instauração de um processo de averiguações para apurar os factos verificados na Covilhã.

Aludindo também a situações de “perseguições políticas a funcionários públicos” e ao caso DREN (Direcção Regional da Educação do Norte, onde um professor foi afastado alegadamente por piadas sobre o primeiro-ministro), o presidente eleito do PSD considerou que se assiste a “uma tentativa de hegemonização do poder em Portugal, de cerceamento das liberdades, muito, muito grave”.

“Acho que o problema é mais sério dentro do Partido Socialista - não acredito que estas referências que eu aqui foquei, pessoas que lutaram tantos anos pela liberdade em Portugal possam estar

tranquilas perante estes atentados gravíssimos à liberdade em Portugal. Estou a imaginar a indignação de homens como Mário Soares ou Jorge Sampaio”, sustentou Luís Filipe Menezes.

O PSD vai organizar “um grande encontro” de presidentes de câmara sociais-democratas

O líder do PSD, Luís Filipe Menezes, anunciou, em Coimbra, que o partido vai organizar, ainda este mês ou no próximo, “um grande encontro” de presidentes de câmara social-democratas.

Segundo Luís Filipe Menezes, o encontro vai realizar-se “em fins de Outubro, princípios de Novembro” e nele serão debatidos “um conjunto de temas importantes” como as novas competências e atribuições para os municípios e matérias que têm a ver com a legislação eleitoral.

O presidente do PSD falava aos jornalistas à entrada para um almoço com os nove presidentes de Câmara social-democratas, membros da direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

Ao destacar a importância desse encontro de presidentes de câmara, o líder social-democrata afirmou que o Estado está “cada vez mais centralizado” e que o “governo tem demonstrado muito pouco respeito pelo poder local”.

“O PSD tem uma larga maioria no poder local, com autarcas excelentes. Um PSD vitorioso nas autárquicas de 2009 ajudará a um PSD vitorioso nas legislativas”, frisou.

A propósito do almoço que decorreu hoje num hotel de Coimbra, em que participou o presidente da ANMP, Fernando Ruas, Menezes disse tratar-se de “um acto simbólico”.

“Hoje faz dois anos da eleição de largas dezenas de autarcas como presidentes de Câmara e de muitas centenas como presidentes de Junta. O partido conta muito com eles para ganhar 2009”, salientou.

Em declarações aos jornalistas, o presidente da ANMP prometeu “uma colaboração activa” com o novo líder do PSD e disse esperar que este consiga que “haja mais respeito para com as autarquias”.

Por outro lado, ao ser instado a comentar a situação decorrente do acto eleitoral na secção da Figueira da Foz, Luís Filipe Menezes disse que “os assuntos internos do partido são debatidos dentro do partido, com tranquilidade, e resolvidos com tranquilidade”. - Fontes: Lusa, RTP, SIC



Vai aumentar a taxa do imposto sobre combustíveis (ISP) e Orçamento para 2008 continua as asneiras dos anteriores

O PSD revelou hoje que o ministro das Finanças confirmou que irá aumentar a taxa do imposto sobre combustíveis (ISP) no próximo ano: e que essa medida estará prevista no Orçamento do Estado (OE).

A informação foi dada pelo deputado social-democrata Mário Patinha Antão, que integrou a comitiva do PSD que se reuniu com o ministro das Finanças para conhecer as linhas gerais do OE para 2008, que será apresentado a 12 de Outubro.

“Entramos preocupados e saímos mais preocupados”, afirmaram os responsáveis sociais-democratas à saída da reunião com os ministros das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, e dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

O líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, classificou o OE para 2008 de “acomodado e sem medidas inovadoras” que possibilitem alterar a situação “anémica” da economia nacional.

Para Marques Guedes, este é o quarto orçamento apresentado pelo actual governo do PS e continua a regra de tentar a consolidação das contas públicas, não pelo lado da despesa, mas pelo lado da receita.

Após a reunião, o deputado social-democrata Patinha Antão especificou que Teixeira dos Santos confirmou que o Governo vai utilizar a possibilidade de aumentar o ISP, prevista no PEC.

Patinha Antão salientou ainda que “a reforma da Administração Pública está a derrapar e não terá correcções durante 2008”.

Por outro lado, acrescentou, “não há resposta ao Presidente da República que pediu um impulso sustentado ao crescimento da economia”, que está “anémica”, situação que, juntamente com a evolução económica internacional, levará a que, “porventura, o Governo venha a incumprir a meta para o Orçamento do Estado 2008”.

Os sociais-democratas criticam o governo de José Sócrates por não apostar na reorientação dos benefícios fiscais para as empresas, principalmente PME que querem apostar nos mercados externos e em ganhos de competitividade na economia internacional.

A delegação do PSD incluiu, além de Marques Guedes e Patinha Antão, o deputado Miguel Frasquilho.

Só que, mais tarde, o ministro das Finanças contrariou esta informação, garantindo que não haverá qualquer aumento do imposto sobre os



combustíveis em 2008.

“O Governo já decidiu que em 2008 não haverá qualquer aumento do ISP, nem o que decorreria da actualização da taxa de inflação, nem o acréscimo de 2,5 cêntimos previsto no PEC”, afirmou Teixeira dos Santos.

Após esta declaração, surgiu de imediato uma reacção de Luís Marques Guedes, em comunicado, divulgado após as declarações do ministro.

Marques Guedes acusa Teixeira dos Santos de ter tido “uma atitude pouco digna e imprópria do respeito institucional que o Governo deve manter nas suas relações com os partidos da oposição”.

“Durante a reunião desta manhã sobre o Orçamento do Estado para 2008 (...) o PSD perguntou directamente ao ministro das Finanças qual vai ser a opção do Governo quanto a impostos, e expressamente o caso do ISP, cujo aumento vem previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento”, esclarece o PSD.

Em resposta, “o ministro das Finanças separou a dupla componente do aumento do ISP, de um lado a actualização da inflação e do outro o aumento de 2,5 cêntimos por litro, referindo que apenas quanto á actualização da inflação não é intenção do Governo fazê-la em 2008”, conta

Marques Guedes.

“Não se tratou de uma referência lateral, mas sim de uma resposta a um pergunta directa e concreta que lhe foi formulada”, acrescenta.

O Governo tem procedido desde 2006 a aumentos extraordinários de ISP, de 2,5 cêntimos por litro de combustível, de acordo com o que está estabelecido no PEC, para conter o défice público.

Estes aumentos extraordinários do ISP, previsto nas medidas de consolidação orçamental, terminam em 2008, ano em que deverá ser atingido o objectivo de um défice público de 2,4 por cento do PIB.

Reacções do PSD ao anúncio do défice a 3% e comentários a um Orçamento que “desaponta” e vai trazer mais problemas para os portugueses, em geral

O PSD reagiu hoje com cautela ao anúncio de que o défice este ano será de três por cento, alertando que é necessário saber se Bruxelas aceitará a forma como as despesas excepcionais das SCUT estão a ser contabilizadas.

“Se, porventura, não for aceite por Bruxelas a forma como o Governo está a procurar contabilizar estes encargos

[das SCUT] fora do Orçamento de Estado, este anúncio do primeiro-ministro será contraditado”, afirmou o deputado do PSD Patinha Antão, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

A este propósito Patinha Antão recordou que as despesas excepcionais com as SCUT - auto-estradas sem custo para o utilizador - significarão um acréscimo “na ordem dos 700 milhões de euros” este ano, ou seja, cerca de 0,5 por cento do PIB.

O deputado do PSD Mário Patinha Antão classificou hoje a proposta de Orçamento de Estado (OE) para 2008 como uma “confissão de impotência” mas remeteu o anúncio do sentido de voto social-democrata para o líder Luís Filipe Menezes.

“O Orçamento para 2008 é uma confissão de impotência (...) Infelizmente para os portugueses, o resultado prático nas suas vidas será mais dificuldades nos seus orçamentos familiares e mais dificuldades para quem está desempregado arranjar emprego”, lamentou Patinha Antão, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Questionado se o PSD vai votar contra este orçamento, o presidente da comissão parlamentar de Orçamento e Finanças remeteu a pergunta para o novo líder do PSD.

“Essa questão deve ser respondida pelo líder do PSD. Se essa questão lhe for colocada em Congresso, terá uma resposta clara e inequívoca”, garantiu.

O deputado social-democrata salientou que “a consolidação orçamental não muda na sua estrutura” e que os resultados neste capítulo serão até inferiores aos apresentados em 2007.

“Em 2008, os portugueses podem ter a certeza que vai continuar a aumentar a carga fiscal mas o contributo da redução da despesa desacelera”, lamentou.

Por outro lado, o PSD registou como “um factor inusitado” a revisão em baixa do crescimento económico - de 2,4 para 2,2 por cento - e lamentou a “insensibilidade” do Governo em relação ao desemprego.

“Infelizmente para os portugueses, a taxa de desemprego em 2008 vai ser a maior da União Europeia”, sublinhou Patinha Antão.

Quanto ao investimento público, o PSD considerou o seu crescimento “muito modesto”.

“Se somarmos a isto que o QREN (quadro comunitário de apoio) está obviamente atrasado, vai passar praticamente um ano em que as empresas portuguesas não têm um conjunto de apoios”, acentuou Patinha Antão, considerando que os apoios previstos para as Pequenas e Médias Empresas são de “muito pouca importância”.

O PSD lamenta ainda que o Orçamento passe “perfeitamente ao lado” dos apelos do Presidente da República contra a resignação.

“Este Governo conforma-se e resigna-se quando devia colocar Portugal a crescer. É um orçamento de desilusão e uma confissão de impotência”, resumiu.

O Governo apresentou hoje a proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2008, onde revê em baixa o crescimento da economia no próximo ano, para 2,2 por cento, valor que representa, no entanto, o regresso ao processo de convergência com a Europa.

A aceleração do crescimento económico de 0,4 pontos percentuais será suportada pelo aumento das exportações, que crescerão 6,7 por cento, e pelo investimento, que

quadruplicará a taxa de crescimento, face aos valores estimados para 2007, atingindo 4 por cento.

A justificar a revisão em baixa do Produto Interno Bruto (PIB) está a revisão do consumo privado (de 2,0 para 1,4 por cento) e o corte ligeiro na previsão das exportações (revisão de 0,1 pontos para 6,7 por cento).

As importações, que limitam o crescimento, devem expandir-se em 3,9 por cento no próximo ano, próximas dos 3,8 por cento esperados para 2007.

O contributo da procura interna (consumo e investimento) para o PIB aumenta em 2008, segundo o Executivo, a beneficiar do investimento, que crescerá 4,0 por cento.

Ao nível dos preços, o Governo reviu em alta a previsão de taxa de inflação para 2007, para os 2,3 por cento, esperando depois uma descida para os 2,1 por cento em 2008.

Sócrates “reforma-se” definitivamente” em matéria de liberdades

O PSD acusou hoje o PS de José Sócrates de se ter “reformado definitivamente” em matéria de liberdades, reagindo à visita de agentes policiais a um sindicato na Covilhã, um dia antes de uma deslocação do primeiro-ministro.

Num debate que ocupou os deputados durante quase 90 minutos no plenário da Assembleia da República, e em que o “histórico” socialista Manuel Alegre se juntou a toda a oposição na exigência de esclarecimentos cabais, o social-democrata Paulo Rangel associou directamente o actual primeiro-ministro a este tipo de episódios.

“O PS não pode invocar o seu passado, o seu passado nós respeitamos. Mas desde que fez o ‘restyling’ José Sócrates, o PS não pode dar cartas em matéria de liberdades. Em matéria de liberdades, o PS de José Sócrates envelheceu e reformou-se definitivamente”, acusou.

Numa intervenção muito crítica, Paulo Rangel considerou que este episódio demonstrou uma nova atitude do Governo.

“Sem que se perceba porquê ou com que fim, o primeiro-ministro e o

Governo do PS subiram mais um degrau - um perigoso degrau - no clima de condicionamento, de cerceamento, de atrofia da liberdade cívica”, acusou.

“Já não é sancionar quem diverge é tentar impedir que se divirja”, alertou.

Manuel Alegre, que pediu a palavra no início do debate, fez questão de separar o que serão as conclusões do inquérito já mandado instaurar pelo Ministério da Administração Interna e a “pedagogia política e democrática” sobre o caso.

“A liberdade sindical é inseparável da liberdade política, não há liberdade sem todas as liberdades”, frisou, numa intervenção em que recordou que este valor faz parte do “património histórico” do Partido Socialista.

Apelando a que neste caso não existem “sombrias, equívocos ou confusões”, Manuel Alegre exortou a que sejam apuradas todas as responsabilidades mas, sobretudo, que o caso “não volte a repetir-se a bem da democracia”.

PSD considera “manifestamente insuficiente” a proposta de alteração socialista ao regime de responsabilidade extracontratual do Estado

O PSD considera a proposta de alteração socialista ao regime de responsabilidade extracontratual do Estado, vetado pelo Presidente da República, “manifestamente insuficiente” e irá entregar um projecto alternativo, disse hoje à Lusa fonte da bancada social-democrata.

“A proposta do PS é manifestamente insuficiente, pelo que o PSD vai apresentar a sua própria proposta de alteração”, afirmou a mesma fonte.

Os sociais-democratas escusaram-se, contudo, a revelar quais as alterações que irão propor durante a reapreciação do diploma em plenário, agendada para quinta-feira.

A proposta socialista de alteração ao regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado, apresentada há cerca uma semana durante uma reunião à porta fechada com o PCP e o CDS-PP, consiste em eliminar sete palavras num dos números da lei.

Na altura, um dos deputados presentes na reunião adiantou à Lusa que o PS propôs eliminar, no n.º 3 do artigo 15.º, a expressão “de direito internacional ou de direito comunitário”, mantendo intactos os outros números desse artigo e os restantes quinze artigos do regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado, que foi aprovado por unanimidade no Parlamento.

O artigo 15.º respeita à “Responsabilidade no exercício da função político-legislativa”.

O n.º 3 estabelece que o Estado e as regiões autónomas são “civilmente responsáveis pelos danos anormais que, para os direitos

ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, resultem da omissão de providências legislativas necessárias para tornar executáveis normas constitucionais, de direito internacional ou de direito comunitário, ou normas contidas em acto legislativo de valor reforçado”.

O PSD já entregou dez propostas de alteração ao regime da responsabilidade extracontratual do Estado, no dia da reapreciação do diploma vetado pelo Presidente da República, motivando o adiamento das votações para a próxima semana.

O PSD sugere que se elimine o ponto que estabelece que “o Estado e as regiões autónomas são também civilmente responsáveis pelos danos anormais” causados aos cidadãos pela “omissão de providências legislativas necessárias para tornar executáveis normas constitucionais, de direito internacional ou de direito comunitário, ou normas contidas em acto legislativo de valor reforçado”.

A bancada social-democrata não tinha divulgado, se defendia alterações ao diploma que foi aprovado por unanimidade no Parlamento e objecto de veto político em Agosto.

Apenas tinha sido entregue uma proposta de alteração do PS, que consiste em retirar uma expressão de 16 palavras - e não sete como anunciado pelos socialistas - no n.º 3 do artigo 15.º, relativo à responsabilidade por omissão legislativa.

Ao entregar dez propostas de alteração ao regime da responsabilidade extracontratual do Estado, o PSD ouviu protestos pelo desconhecimento dessas propostas e pela necessidade de tempo para as analisar.

O adiamento das votações foi aprovado por todos os partidos menos o CDS-PP.

O PSD quer que o “funcionamento anormal do serviço” seja considerado em função dos “meios e recursos concretamente disponíveis” e impor que o direito de regresso sobre os magistrados seja fundado “na averiguação e determinação da existência dos seus deveres funcionais”.

Em vez de ficar escrito que o exercício do direito de regresso “é obrigatório”, o PSD pretende que fique estabelecido que esse direito pode ser exercido “nos casos em que o titular de órgão, funcionário ou agente tenha agido com dolo ou culpa grave”.

O direito de regresso atribui ao Estado a possibilidade de reaver, junto da entidade responsável dentro da sua estrutura, a indemnização paga ao cidadão.

A única alteração proposta pelo PS é que só haja responsabilização por omissões de providências legislativas “que tornem executáveis normas constitucionais”, caindo o direito internacional, comunitário e as normas contidas em acto legislativo de valor reforçado. - Fontes: Gab. Imp. AR e Lusa





Erin Brockovich

Ricardo Rio (*)

A actriz Julia Roberts conquistou no ano 2000 o Óscar da Academia pela sua representação do papel de Erin Brockovich no filme com o mesmo nome do realizador Steven Soderbergh.

Mais do que a história de uma mulher que tem que colocar todo o seu espírito de sobrevivência face às múltiplas contrariedades que a vida lhe traz, o filme retrata a história verídica de uma cidadã americana que pôs em cheque uma das grandes empresas de energia pelos danos causados à saúde dos habitantes de uma cidade do deserto californiano.

Erin Brockovich podia ser uma mulher como tantas outras, divorciada, falida e com dois filhos pequenos a seu cargo, sem qualquer formação superior ou experiência prévia na área ambiental. Todavia, consegue com a sua perseverança e a ligação a um pequeno escritório de advogados accionar um processo contra a Pacific Gas and Electric de que resulta a milionária maquia de 333 milhões de dólares de indemnização à população da cidade de Hinkley.

No filme, como na vida real, Erin contacta com alguns dos habitantes dessa cidade e descobre que existe um foco cancerígeno entre os adultos e uma elevada incidência de leucemia entre as crianças. Na sequência das suas investigações, Erin apura que a Pacific Gas and Electric se socorria de um determinado produto à base de cromo para evitar a corrosão das torres de compressão da sua unidade próxima de Hinkley, o qual acabava por derramar no meio envolvente, assim contaminando os lençóis freáticos utilizados pela população desta cidade para o seu abastecimento de água.

Após a decisão judicial, ainda morreram cerca de 50 habitantes de Hinkley por problemas directamente imputáveis à contaminação das águas. A intervenção de Brockovich, porém, terá evitado males muito maiores.

A história de Erin Brockovich e o filme que a tornou conhecida do grande público tem um carácter representativo de um dos grandes debates deste início de século: a dialéctica entre a actividade económica e a preservação do meio ambiente, traduzida esta última numa das suas variantes mais relevantes para o comum dos cidadãos, qual seja a da preservação da saúde pública.

Diariamente, são muitos os relatos de elevados prejuízos ambientais que resultam de diferentes actividades económicas, desde a escala planetária (como o propalado buraco da camada de ozono e as alterações climáticas decorrentes) ao impacto sobre certos ecossistemas ou territórios por força da acção particular de certas entidades.

A nível nacional, tem estado especialmente na berra a discussão sobre o impacto das linhas de alta tensão sobre as populações das zonas que são atravessadas pelas mesmas.

Após uma intensa batalha judicial, o Supremo Administrativo recusou um recurso da decisão tomada pelo Tribunal Central Administrativo do Sul, datada de Julho, que mandou desligar os novos cabos de 220 kV da linha Fanhões-Trajouce (Amadora-Cascais), para gáudio da população de Monte Abraão, em Sintra, a mais directamente envolvida na contestação ao traçado que está a funcionar desde Abril.

Na sequência, também a Associação de Moradores de Vale Fuzeiros, em Silves, organizou uma manifestação em Lisboa contra o traçado da linha de muito alta tensão Tunes-Portimão, que se encontra ainda em construção.

Os moradores das zonas envolventes aos traçados defendem o enterramento das linhas (o que até minimiza as perdas de energia mas tem um custo dez vezes superior, segundo a empresa) ou um superior afastamento das zonas residenciais.

No caso do Algarve, não deixa de ser curioso que o actual traçado tenha sido escolhido em detrimento de um outro, mais a Norte, que não mereceu a aprovação do Ministério do Ambiente (via Instituto de Conservação da Natureza), por atravessar uma zona onde se pretende apoiar a instalação de uma comunidade de lince.

As palavras do presidente da REN, José Penedos, expressam bem o tipo de questão em apreço, ao lembrar que as dificuldades que estão a ser colocadas podem pôr em risco “a segurança de abastecimento” e que “não há provas dos efeitos das linhas sobre a saúde”. Aliás, José Penedos frisa também que “se os campos electromagnéticos se vierem a revelar nocivos, não será por passarem debaixo de terra que deixam de o ser”.

É precisamente esta ambiguidade que devia motivar especiais cuidados a qualquer entidade e em especial a organismos públicos, a quem se exige a adopção de critérios prudenciais redobrados.

Sabendo-se que sobre esta matéria e outras análogas existe uma panóplia alargada de estudos internacionais, das mais reputadas e independentes organizações, não seria difícil tentar estabelecer um parâmetro mínimo, genericamente aceite, que funcionasse como cláusula de salvaguarda para as dúvidas que ainda existem nesta esfera.

O que não é admissível é que ao mesmo tempo que vemos o Ministério da Economia a querer promover a instalação das linhas no Sul do País seja noticiada a iniciativa da Delegação de Saúde de Guimarães promover um estudo, em parceria com o Hospital de Guimarães e o Instituto Português de Oncologia, sobre a eventual ligação dos casos de cancro detectados em Serzedelo (Guimarães) e a presença de torres de electricidade de muito alta tensão.

Será que, também aqui, temos que esperar pelo aparecimento de uma qualquer Erin Brockovich? - (*) *Economista, Presidente da CS/PSD-Braga*



Notícias do Algarve

Encerramento da Unicer em Loulé é acto de “capitalismo cego”

O líder do PSD/Algarve classificou o encerramento da unidade de Loulé da empresa Unicer como um acto de “capitalismo cego” e alertou a Câmara local para inviabilizar qualquer construção naquele terreno para evitar a especulação imobiliária.

A Unicer anunciou na passada semana que o centro de produção de Loulé, que empregava cerca de 60 pessoas, encerraria no final de Outubro no âmbito de um processo de reestruturação interna.

Menos de metade dos trabalhadores da Unicer de Loulé, que garantia 7 por cento da produção nacional de cerveja, terá a possibilidade de integrar as unidades fabris de Santarém ou Leça do Balio.

Em comunicado divulgado hoje, Mendes Bota afirmou não se identificar com a decisão, que vem na linha da globalização económica regida pelos “valores mercantilistas” e pela procura “incessante” de mais



lucros a “qualquer custo”.

Mendes Bota considera, contudo, que a maior parte destes trabalhadores está em idade difícil de se compatibilizar com mudanças de residência ou encontrar novo emprego, o que, diz, fará com que se engrosse a lista de desempregados de longa duração.

O também deputado à Assembleia da República manifestou-se solidário com os trabalhadores e exortou o Governo para não facilitar o encerramento de unidades industriais sem estar provada a sua inviabilidade.

Mendes Bota aproveitou ainda para alertar a Câmara de Loulé para, em sede de revisão do Plano Director Municipal (PDM), não consentir construções naquele terreno para evitar a especulação imobiliária “edificada sobre as cinzas do ganha-pão de 62 famílias algarvias”. – **Gab. Imp. PSD/Algarve**

Notícias dos Açores

Costa Neves anuncia recandidatura



O líder do PSD/Açores, Carlos Costa Neves, apresenta entre 22 e 25 de Outubro a sua recandidatura às eleições directas do partido nas ilhas, agendadas para 09 de Novembro, anunciou hoje fonte partidária.

A mesma fonte adiantou à agência Lusa que a candidatura de Carlos Costa Neves já recolheu as quinhentas assinaturas previstas no regulamento das “directas”, sendo Berta Cabral, presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a primeira subscritora.

Disse, ainda, que a sua candidatura pretende continuar com a recolha de assinaturas de militantes, com o objectivo de alcançar subscritores em todos os 19 concelhos do Arquipélago.

Recentemente, o Conselho de Jurisdição do PSD/Açores decidiu que todos os militantes inscritos que constem do ficheiro regional do partido podem votar nas directas de 09 de Novembro, independentemente de terem ou não as quotas pagas.

O actual líder do PSD/Açores é, para já, o único candidato assumido nas “directas”, as primeiras de âmbito regional na história do partido.

O prazo para apresentação de candidaturas termina a 25 de Outubro. – **Gab. Imp. ALRA**



Notícias do Porto

Junta Metropolitana não aceita um aumento da água superior a 2,1%

A Junta Metropolitana do Porto (JMP) anunciou que só aceitará um aumento da água na ordem dos 2,1%, que é exactamente o valor da taxa de inflação prevista pelo Governo para o próximo ano, rejeitando, assim, uma vez mais, os 8% pretendidos pela parte que representa o Estado na Águas do Douro e Paiva.

Esta posição, expressa pelo Presidente daquela estrutura metropolitana no final da reunião extraordinária que acabou já ao início da noite de ontem, foi justificada não só pela «confortável situação financeira» da empresa, como também por imperativos sociais, face à crise económica em que o país continua mergulhado.

«Não podemos aceitar que queiram aumentar o preço da água em 8% para, dessa forma, conseguir manter a empresa com níveis de lucro que dão altos dividendos ao Estado. As pessoas devem pagar pela água aquilo que é justo e necessário para suportar a reposição do equipamento e a produção da própria água», afirmou Rui Rio.

Neste sentido, a JMP irá comunicar ao Ministro do Ambiente a sua disponibilidade em contribuir para a alteração de uma lei que imponha taxas de amortização mais baixas, ou seja, mais de acordo com a vida útil dos equipamentos da Águas do Douro e Paiva, pensando também na situação de muitas outras empresas de



distribuição em alta, obrigadas a praticar preços mais elevados nos seus tarifários, por força da legislação em vigor.

Rui Rio revelou que os lucros da empresa Águas do Douro e Paiva, na qual o Estado detém 51%, se cifraram nos 1,6 milhões de euros, em 2004, 1,5

milhões em 2005 e 2,2 milhões de euros no ano passado. Sobre estes montantes, o Estado arrecadou as verbas correspondentes à cobrança do IRC e que, no caso em apreço, foram de 540 mil euros em 2004, 350 mil em 2005 e 637 mil euros em 2006.

«Consideramos que a empresa deve

ter lucro zero, ou, quando muito, um lucro insignificante para ter uma situação financeira equilibrada. Isto significa que as tarifas não devem ser aumentadas de forma a possibilitar muito lucro, para distribuir muitos dividendos e para pagar um alto imposto ao Estado», sustentou o autarca, para quem esta situação poderá, na prática, significar a existência de «um imposto escondido».



Aeroporto e RTP/Porto igualmente na agenda

A JMP continua, entretanto, a aguardar por uma resposta da Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, ao convite para participar num debate sobre o futuro do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, o qual será efectuado mesmo sem a sua presença.

Por outro lado, quanto à reunião com o Conselho de Administração da RTP, ficou acertado aguardar pelos esclarecimentos públicos do presidente da empresa quando, no próximo dia 20, inaugurar o novo edifício do Monte da Virgem. Caso persistam dúvidas, será, então, agendada uma reunião destinada a conhecer mais detalhadamente a continuidade, ou não, da presença da RTP na região norte.

Segurança, Protecção Civil e



Acção Social

Rui Rio pede demissão do Conselho de Administração do IDT

O Presidente da CMP apelou, em conferência de imprensa, ao Ministro da Saúde, Correia de Campos, que demita o Conselho de Administração do Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT), presidido por João Goulão. Simultaneamente, Rui Rio manifestou a sua «completa disponibilidade» para voltar a assinar, com a tutela e com uma nova administração daquele Instituto, o protocolo que corporizava o programa Porto Feliz, o qual foi denunciado unilateralmente pelo Governo, em Julho do ano passado.

O pedido de demissão dos responsáveis do IDT surge na sequência de uma notícia publicada este fim-de-semana no jornal Público, dando conta do relacionamento pouco transparente entre o IDT e a «Ares do Pinhal», uma associação particular de Lisboa, que praticamente detém o monopólio do apoio aos toxicoddependentes marginalizados da capital, mas cuja actuação no terreno nunca foi escrutinada através de pareceres técnicos, ou qualquer acto de fiscalização ou de avaliação.

Ainda de acordo com a referida notícia, a atribuição de avultadas verbas à «Ares do Pinhal», por parte do IDT, tem sido feita sem concurso público, com a agravante de o Presidente daquela associação ser um alto quadro do Instituto e, ao mesmo tempo, assessor do seu Conselho de Administração.

Só em 2006, o IDT atribuiu à «Ares do Pinhal» 1,7 milhões de euros, ou seja, tanto quanto o Porto Feliz recebeu ao longo dos quatro anos da sua existência. Acresce que 75% dessa verba é anualmente destinada a salários. Mesmo assim, alguns dos argumentos invocados para a liquidação daquele projecto municipal assentavam – recorde-se – no pressuposto de se tratar de um programa demasiado caro, que não cumpria a lei e que não era devidamente avaliado no plano técnico e científico.

Curiosamente, a notícia vem a lume no exacto dia em que o Porto Feliz entrega definitivamente todos os seus utentes ao IDT e numa altura em que os arrumadores regressam paulatinamente às ruas do Porto.

Rivoli: JN endurece oposição à Câmara

A decisão do Tribunal Administrativo do Porto sobre a Providência cautelar interposta pela Associação Plateia serviu hoje para o JN reacender a sua oposição à Câmara do Porto.

Em coerência com as posições assumidas anteriormente pela direcção do jornal contra a vinda de La Féria para o Rivoli, o JN destacou, em manchete, que o “Tribunal trava concessão do Teatro Rivoli a La Féria” - confundindo, desta forma, o seu evidenciado desejo com a realidade e secundarizando o rigor jornalístico.

A juíza limitou-se a dizer que a CMP não pode, até à decisão da acção principal, assinar um contrato de concessão por quatro anos, o que, na prática, não tem qualquer efeito porque a Câmara do Porto nunca o chegou a

assinar, justamente à espera duma sentença do tribunal que ainda não foi proferida.

Por outro lado, o tribunal entende que Filipe La Féria pode continuar no Rivoli, no actual modelo de actuação, ao contrário do que pretendia a Plateia, quando solicitou que o produtor fosse, pura e simplesmente, proibido de permanecer neste teatro.

A propósito deste desejo da Plateia, Rui Rio disse à comunicação social que, em democracia, é intolerável exigir que todos possam ser acolhidos no teatro à excepção de alguém em concreto. “Só em ditadura é que tal é admissível. No mínimo seria inconstitucional. Dá, no entanto, para aferir os valores pelos quais alguns se regem nesta vida”, disse.

La Féria encontra-se no Teatro Municipal, em regime de acolhimento, exactamente nas mesmas condições em que estiveram todas as outras companhias ao longo dos anos, com uma única diferença: já bateu todos os recordes de público, com mais de 80 mil espectadores.

Estes factos não são referidos pelo Jornal de Notícias, que nunca escondeu a sua hostilidade em relação a todo este processo.

Iso mesmo ficou provado quando o próprio director-adjunto David Pontes participou activamente numa manifestação de rua contra o Presidente da Câmara do Porto à porta do Rivoli, durante a estreia da peça “Jesus Cristo SuperStar”.

No dia seguinte, o Jornal de Notícias volta a servir de palco para mais uma manifestação sobre o mesmo assunto. A peça surge na abertura do jornal, em “Primeiro Plano”, com o título “Tribunal impede concessão do Rivoli”.

Para dar mais dramatismo à peça, o JN ouviu dois vereadores da oposição. Enquanto Miguel Von Hafe, do PS, contorna a decisão do Tribunal, referindo-se apenas a questões técnico-administrativas relacionadas com a gestão do Teatro, o comunista Rui Sá segue a lógica do matutino, e desfere um ataque violento a Rui Rio. Para o Vereador da CDU, o Presidente da CMP devia mandar já embora La Féria.

...mas há mais críticas para lá do Rivoli!!!

Mais à frente, no caderno Porto, o JN volta a dedicar outra página à Câmara do Porto. Três notícias apenas servem para o jornal criticar o Executivo de Rui Rio sobre temas tão variados como a degradação de uma varanda num Bairro Social que a Câmara já está a recuperar, a confissão de um vereador, que assume existirem “alguns” atrasos no licenciamento de estabelecimentos, e uma condutora que não viu um buraco, provocado por uma ruptura numa conduta, e danificou o carro.

Porto adere à iniciativa europeia “Regresso à Escola”

A Câmara Municipal do Porto associa-se à iniciativa “Regresso à Escola”, que amanhã se assinala em todos os Estados membros, numa organização da Comissão Europeia (CE) em colaboração com a presidência portuguesa da União Europeia (UE) e com as restantes instituições dos 27. Um grupo de funcionários e membros de instituições europeias, que começaram os seus estudos na Invicta, visitaram hoje a Escola EB 1 Augusto Lessa, em Paranhos, e foram recebidos na autarquia portuense pelo vereador da Educação, Vladimiro Feliz.

Na sessão de boas-vindas, Vladimiro Feliz sublinhou a importância que a autarquia dá à área da Educação, destacando a aproximação existente entre a sociedade civil, as empresas e as escolas.

Em termos da temática europeia, a autarquia portuense tem ao dispor dos municípios o Europe Direct Porto, uma estrutura de informação europeia que disponibiliza diariamente aos cidadãos, instituições e comunidade local, uma informação de base sobre a União Europeia, as suas políticas e os seus programas, acervo comunitário, publicações oficiais e documentação para consulta, assim contribuindo para a construção duma verdadeira Europa dos Cidadãos.

Ainda em relação à iniciativa “Regresso à Escola”, alunos dos vários estabelecimentos de ensino da cidade vão ouvir falar da Europa e nas experiências pessoais e profissionais de funcionários ou membros de instituições europeias. Os estudantes podem assim conhecer melhor a Europa e debater o seu futuro. - © CM Porto



AVEIRO

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocase a Assembleia de militantes da Secção de Aveiro, para reunir em sessão ordinária, no dia 26 de Outubro de 2007 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e aprovação das contas de 2007 do Partido a nível da Secção, referentes ao mandato da anterior Comissão Política.

2. Análise da situação político-partidária.

CAMPO MAIOR (CPD PORTALEGRE)

Nos termos do nº 3 do artigo 71º e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do Artigo 58º dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como das disposições dos artigos 3º e 9º do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Campo Maior do PSD, para reunirem extraordinariamente em 23 de Novembro de 2007 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 22h00, na sede concelhia, sita na Rua 1º de Maio – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão que ser entregues na sede distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CRATO (CPD PORTALEGRE)

Nos termos do nº 3 do artigo 71º e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do Artigo 58º dos Estatutos Nacionais do PSD, bem como das disposições dos artigos 3º e 9º do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes da Secção de Crato do PSD, para reunirem extraordinariamente em 23 de Novembro de 2007 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 22h00, na sede concelhia, sita nos Antigos Ceiros da EPAC, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas terão que ser entregues na sede distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes do Distrito de Viseu do PSD, dotados de capacidade eleitoral, para reunirem no próximo dia 30 de Novembro de 2007 (sexta-feira), das 20h30 às 22h30, nos locais abaixo indicados, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital – a);
2. Eleição da Comissão Política Distrital – a);
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital – a);
4. Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital b);

As urnas estarão abertas, em cada Secções das 20h30 às 22h30.

a) As listas candidatas a este órgão deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substituir, na Sede Distrital, Rua do Inatel, 55, cave Esq até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, 27 de Novembro de 2007, das 21h00 às 24h00.

b) As listas de candidatas dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues aos respectivos Presidentes de Secção ou a quem o substituir, nos locais abaixo indicadas, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se as Sedes abertas para o efeito, bem como os restantes locais, naquele dia, 27 de Novembro de 2007, das 21h00 às 24h00.

Locais de votação:

Armamar

Local de votação: Salão Paroquial - Prç. Da República

Local de entrega de listas: Salão Paroquial - Prç. Da República

Carregal do Sal

Local de votação: Sala AA, Edifício S. Brás, 2º

Local de entrega de listas: Sala AA, Edifício S. Brás, 2º

Castro Daire

Local de votação: Sede PSD, Av Gen Humberto Delgado

Local de entrega de listas: Sede PSD, Av Gen Humberto Delgado

Cinfães

Local de votação: Sede da Junta de Freguesia de Cinfães

Local de entrega de listas: Lugar de Carvalhal - S. Cristóvão de Nogueira

Lamego

Local de votação: Sede PSD, Av 5 de Outubro

Local de entrega de listas: Sede PSD, Av 5 de Outubro

Mangualde

Local de votação: Estalagem Cruz

da Mata

Local de entrega de listas: R. da Estação Fruteira, 66, Moimenta

Moimenta da Beira

Local de votação: Sede PSD, Pr. Fernão Mergulhão, 13

Local de entrega de listas: Sede PSD, Pr. Fernão Mergulhão, 13

Mortágua

Local de votação: Sede do PSD

Local de entrega de listas: Sede do PSD

Oliveira de Frades

Local de votação: Sede PSD, Jardim Dr José Dinis Vieira

Local de entrega de listas: Sede PSD, Jardim Dr José Dinis Vieira

Nelas

Local de votação: Edifício Multiusos

Local de entrega de listas: Rua das Padeiras, Nelas

Penalva do Castelo

Local de votação: Junta de Freguesia da Insua

Local de entrega de listas: Rua Alexandre Herculano, nº 13

Penedono

Local de votação: Sede do PSD em Sernancelhe

Resende

Local de votação: Sede do PSD

Local de entrega de listas: Sede do PSD

Santa Comba Dão

Local de votação: Sede do PSD, R. Gago Coutinho

Local de entrega de listas: Sede do PSD, R. Gago Coutinho

São João da Pesqueira

Local de votação: Sede J. de Freguesia de S. J. Pesqueira

Local de entrega de listas: Sede J. de Freguesia de S. J. Pesqueira

São Pedro do Sul

Local de votação: Sede do PSD

Local de entrega de listas: Sede do PSD

Sátão

Local de votação: Pensão Império

Local de entrega de listas: Pensão Império

Sernancelhe

Local de votação: Sede PSD, Rua do Colégio

Local de entrega de listas: Sede PSD, Rua do Colégio

Tabuaço

Local de votação: Sede PSD, Largo 5 de Outubro, 16

Local de entrega de listas: Sede PSD, Largo 5 de Outubro, 16

Tarouca

Local de votação: Res do Prof Eduardo A. Dalvaes

Local de entrega de listas: Res do Prof Eduardo A. Dalvaes

Tondela

Local de votação: Sede do PSD, Lg Anselmo F. Carvalho

Local de entrega de listas: Sede do PSD, Lg Anselmo F. Carvalho

Vila Nova de Paiva

Local de votação: Junta de Freguesia de V. Nova Paiva

Local de entrega de listas: Sr. Manuel Custódio-Estrada de Fráguas

Viseu

Local de votação: Sede PSD, Rossio, 14, 2º

Local de entrega de listas: Sede PSD, Rossio, 14, 2º

Vouzela

Local de votação: Rua Ribeiro Cardoso, nº102

Local de entrega de listas: Rua Ribeiro Cardoso, nº102

LOURES

O acto eleitoral para os Órgãos de Secção de Loures do PSD, a realizar em simultâneo, com a eleição dos Órgãos Distritais de Lisboa do PSD, conforme convocatória oportunamente publicada, decorrerá no próximo dia 8 de Novembro de 2007, no período entre as 18h00 e as 23h00.

MIRANDA DO CORVO

Ao abrigo dos Estatutos convoco o plenário de Secção de Miranda do Corvo, para o dia 16 de Novembro de 2007, pelas 20 horas, na sede do PSD, sito na Rua Belisário Pimenta, em Miranda do Corvo.

Ordem de trabalhos:

1) Eleições para a Mesa da Assembleia de Secção.

2) Eleições da Comissão Política de Secção.

Nota: A Assembleia de voto estará aberta entre as 20h e as 23h.

: As listas candidatas deverão ser entregues na sede do Núcleo até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devendo respeitar os Estatutos Nacionais do PSD e o Regulamento Eleitoral.



NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do Núcleo Ocidental de 2007, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2007 (sexta-feira), na sede do Núcleo, sita na Rua do Pinheiro Manso, n.º 305, Porto, pelas 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Ocidental do Porto.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues na sede do Núcleo até às 24h00 do dia 20 de Novembro de 2007, devendo respeitar os Estatutos Nacionais do PSD e o Regulamento Eleitoral.

No dia do acto eleitoral as urnas estarão abertas entre as 19h00 e as 22h30.

NÚCLEO DE PAREDES CIDADE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes do Núcleo de Paredes Cidade, para uma Assembleia de Núcleo a realizar na sede concelhia, sita na Rua 1.º de Dezembro, no dia 27 de Outubro de 2007, pelas 15h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária;

2. Outros assuntos de interesse.

NÚCLEO DE RIO DE MOINHOS

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, tenho a honra de convidar os militantes do Núcleo de Rio de Moinhos, para reunir em Assembleia, no dia 27 de Outubro de 2007, sábado, pelas 15h00, na Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único. Análise da situação política decorrente da eleição da nova liderança Nacional do PSD.

PENALVA DO CASTELO

Nos termos dos artigos 50.º, 51.º e 66.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes inscritos na Secção de Penalva do Castelo do PSD, para uma Assembleia Eleitoral, a realizar no próximo dia 30 de Novembro de 2007, pelas 20h30 às 22h30, na Junta de Freguesia da Ínsua, em Penalva do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: Ao abrigo do artigo 7.º dos Estatutos Nacionais do PSD, o pagamento de quotas terá de ser efectuado até ao décimo dia anterior ao acto eleitoral.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes da Secção do PSD de Santa Maria da Feira, para uma Assembleia da Secção a realizar no dia **19 de Outubro de 2007**, na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na cidade de Santa Maria da Feira, com início pelas 21,30 horas e com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1.- Informações;

1.- Análise da situação política e partidária;

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes da Secção do PSD de Santa Maria da Feira, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no **dia 23 de Novembro de 2007**, na sede concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na cidade de Santa Maria da Feira, com início pelas 20,00 horas e com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. - Eleição dos Órgãos da Secção do PSD de Santa Maria da Feira:

- Mesa da Assembleia;
- Comissão Política.

- A eleição decorrerá entre as 20 e as 23 horas;

- Só poderão ser eleitos e participar na votação os militantes que tenham as suas quotas regularizadas até 10 dias antes da data do acto eleitoral e integrem o Caderno Eleitoral;

- As candidaturas em listas, as respectivas proposituras, bem como, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos e o Regulamento Eleitoral aprovado pelo Conselho Nacional em 02.09.2004;

- As listas das candidaturas para os Órgãos a eleger, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia da Secção, ou a quem o substitua, na Sede da Secção, até às 24horas do dia 20 de Novembro de 2007, encontrando-se a referida Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21 às 24horas.



NÚCLEO DAS MATAS – OURÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário residencial do Núcleo das Matas da JSD, para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2007, pelas 20h30 na Sede da JSD de Matas, localizada na Rua 1.º de Janeiro, Matas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação Política;
- 2 – Apresentação da (s) Lista (s);
- 3 – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo;
- 4 – Tomada de Posse dos Novos Órgãos de Secção.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da JSD/Matas, localizada na Rua 1.º de Janeiro, Matas, 2435-391 Matas;

As urnas estarão abertas das 21 horas às 22 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário (Sandra Pereira)

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Ponte da Barca, para uma reunião no dia 2 de Novembro de 2007, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD de Ponte da Barca, sita na Rua Condes de Folgosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa do Plenário (Osvaldo Gomes)